

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República**

As alterações ao sistema de Ensino do Português no Estrangeiro, de cuja estrutura o ministério dispensou 49 professores no final do ano passado, deixaram sem acesso ao ensino da cultura e da língua portuguesas grande número de portugueses e luso-descendentes.

Passada a fase em que o Instituto Camões dispensou os professores e abdicou da sua obrigação de proporcionar essa oferta aos portugueses residentes no estrangeiro, surgem agora, pelo menos na Suíça, as notícias das mais diversas formas de colmatar a falta provocada pela retirada do Instituto Camões. Acontece que estas alternativas estão envolvidas de muito pouca clareza.

Parece haver professores a quem os pais pagam diretamente. Outros regressaram à sua escola e origem em Portugal e agora voltam por destacamento ao mesmo horário mas com o vencimento dessa mesma escola de origem. E ainda há notícia da existência de protocolos entre o Instituto Camões e várias comissões de país.

Está -se a intensificar, com esta medida do ministério, aquilo que o senhor Ministro dizia não ser aceitável no EPE e que era o facto de uns portugueses terem acesso e outros não. Temos agora o ensino não a dois mas a três níveis. O dos portugueses que têm acesso ao ensino da responsabilidade do Instituto Camões, o daqueles que podem pagar a um professor para que os filhos tenham acesso ao ensino e ainda o dos que não podem pagar e não têm acesso ao ensino da língua e cultura portuguesas.

Todas as alternativas encontradas e que já tivemos oportunidades de descrever, levantam muitas preocupações. E para colmatar os coordenadores do EPE têm assumido o papel de intermediário no acerto direto entre país e professores.

Posto isto, e com base nos termos regimentais aplicáveis, vimos por este meio e com carácter de urgência, perguntar ao Governo, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o

seguinte:

1. O ministério tem conhecimento da existência de professores a quem os pais pagam diretamente?
2. Que articulação têm estes professores com o sistema oficial do EPE?
3. Como são certificados os níveis de formação destes alunos?
4. De quem é a responsabilidade pelos espaços onde ocorrem as aulas, pelos materiais e até pelos seguros escolares?
5. Que contagem de tempo de serviço é feita a estes docentes?
6. Que papel têm os coordenadores nestes processos?
7. Confirma o ministério a situação de professores do EPE que tenham regressado à sua escola de origem e retornem agora ao EPE com o salário dessa mesma escola?
8. Que tipo de protocolos estão a ser estabelecidos com comissões de país e com que objetivos?
9. Que medidas estão a ser tomadas por parte do Instituto Camões para garantir aos alunos do EPE que ficaram sem professor, o acesso ao ensino da língua e cultura portuguesas?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 19 de Janeiro de 2012

Deputado(a)s

JOÃO RAMOS(PCP)